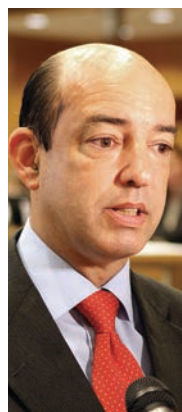
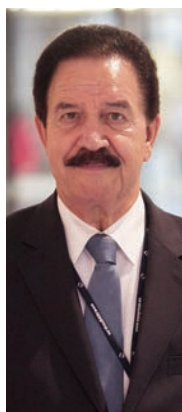




## Nova Delegação GEPD

A 1 de julho tomaram posse os 6 Deputados do PSD ao Parlamento Europeu. Veja a distribuição das Comissões, Delegados por Distrito/Região.



Pg. 15



### Juncker!

**Jean Claude Juncker** viu a Comissão entrar em funcionamento em 1 Novembro, o prazo inicialmente previsto.

Apostando em **objetivos claros** no aumento do investimento e da criação de emprego e de aproveitar o grande potencial do mercado único digital e da energia, correu o risco de propor **uma equipa que vai trabalhar em rede** para os atingir. Vamos ver se a burocracia comunitária convive bem com o novo estilo...

**As Audições foram duras** e vários Comissários indigitados tiveram de ser ouvidos de novo, prestar mais esclarecimentos, mudarem de pasta ou até serem substituídos (como aconteceu com a candidata eslovena).

**Especial mérito teve o Comissário indicado por Portugal.**

**Carlos Moedas teve uma prestação exemplar** no estilo e no conteúdo. E desfez as dúvidas criadas pelos que confundem a oposição interna com o combate europeu.

### Paulo Rangel Chefia THINK TANK

O Vice-Presidente do Grupo PPE  
lidera o *European Ideas Network*.

Pg. 3

### PSD interroga novos Comissários Europeus

Paulo Rangel, Carlos Coelho e José Manuel Fernandes interrogaram Kristalina Georgieva, Andrus Ansip, Dimitris Avramopoulos, Elżbieta Bieńkowska e Frans Timmermans.

Pg. 8 e 9

### José Manuel Fernandes lidera orçamento

O Deputado português foi eleito por unanimidade no PPE.

Pg. 7

# Sofia Ribeiro co-autora de resolução sobre o Emprego Jovem




**A** Eurodeputada **Sofia Ribeiro** foi co-autora de uma proposta de resolução do Partido Popular Europeu sobre o **“Emprego Jovem”**, tendo referido *“fiquei muito satisfeita pelo facto das minhas propostas terem ficado plasmadas na resolução do maior grupo político europeu - o PPE, e por conseguinte na proposta de resolução conjunta com todas as forças políticas que acabou por ser votada e aprovada em sessão plenária”*.

O Emprego Jovem esteve em destaque na sessão plenária em Estrasburgo, no seguimento da apresentação de uma comunicação da Comissão Europeia que pretende acelerar a implementação, por parte dos Estados-Membros, da **“Iniciativa para o Emprego Jovem”**. Para a Eurodeputada Sofia Ribeiro *“logo na primeira reunião do PPE da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais no Parlamento Europeu, tive*

*conhecimento do interesse do partido em apresentar uma proposta de resolução. Apressei-me a dar os meus contributos que foram aceites pelos meus colegas. A minha contribuição focou alguns pontos que considerei essenciais, tais como a **necessidade de alargar em todos os países europeus a Garantia Jovem até aos 30 anos de idade**, tal como se faz, e bem em Portugal, uma vez que as altas taxas de desemprego dos jovens com menos de 25 anos levam a que estes permaneçam por mais tempo na dependência dos pais, aumentando assim o risco de uma “geração perdida”, e por outro lado, as ideias relacionadas com os desenvolvimentos futuros na ciência como priorização do mercado de trabalho, levam a que os jovens tenham mais anos de formação. Defendi portanto que deve ser atribuído **um apoio financeiro europeu para as empresas que promovam a integração dos jovens mais qualificados**, em*

*complemento com a elaboração de medidas fiscais com o mesmo propósito.”*

No processo negocial entre todos os grupos políticos foi possível alcançar um acordo para uma Proposta de Resolução Conjunta sobre esta temática, tendo esta incidido sobre os seguintes pontos: Apoio às PME como o motor da economia europeia; Implementação eficaz da Garantia Jovem nos Estados-Membros; Maior mobilidade de Jovens pela UE; Prevenção do Abandono Escolar Precoce.

Ao finalizar, Sofia Ribeiro referiu que *“a Proposta de Resolução Conjunta foi aprovada em plenário, o que permitiu ao Parlamento Europeu apresentar a sua posição de força sobre este flagelo que afecta cerca de 6 milhões de jovens até aos 25 anos, instando desta forma os Estados-Membros e a Comissão Europeia a agir rapidamente.”* 

# Paulo Rangel dirige *Think Tank* do PPE

**P**aulo Rangel foi designado Vice-presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) com o pelouro do “*European Ideas Network*” (EIN), o think tank do PPE e um dos maiores do mundo. Reúne 3.000 decisores políticos e líderes de opinião oriundos de toda a União Europeia e é uma plataforma que inclui 264 think tanks nacionais e fundações políticas de centro-direita não apenas europeia mas também transatlântica. Entre outras iniciativas, o EIN é o organismo responsável pelas **Universidades de Verão do PPE**. Rangel substitui o antigo Deputado europeu e antigo Ministro do Interior espanhol, Jaime Mayor Oreja na presidência do EIN.

As novas atribuições foram definidas pela presidência do Grupo Parlamentar e Paulo Rangel **passa a presidir ao EIN**. Paulo Rangel foi eleito pela primeira vez vice-presidente do Grupo em 2009. Nessa altura assumiu o pelouro das relações com os Parlamentos Nacionais. Em 2011 foi reeleito com mais de 70 % dos votos e passou a acumular o pelouro da estratégia de comunicação.

Nos últimos dois anos, Paulo Rangel já tinha conseguido obter para Portugal a realização das duas últimas universidades de Verão do PPE: **Albufeira 2014 e Porto 2013**. A *European Ideas Network* é um dos maiores think tanks do mundo e visa promover a reflexão sobre os principais desafios que enfrentam os países da União Europeia. Patrocinado pelo Grupo do PPE, foi lançado em 2002 e emergiu rapidamente como um importante ponto de encontro do centro-direita europeu.


Com uma participação activa de cerca de **3.000 decisores políticos e líderes de opinião oriundos de toda a União Europeia e dos Estados Unidos**, o EIN reúne políticos, empresários, professores universitários, consultores políticos, jornalistas, representantes da sociedade civil, especialistas independentes e comentadores interessados em questões relacionadas com políticas públicas e europeias. O EIN também serve como base de apoio a *think tanks* nacionais e fundações políticas de centro-direita não apenas europeias mas também transatlânticas. **Actualmente estão associados ao EIN 264**



**A *European Ideas Network* é um dos maiores think tanks do mundo e visa promover a reflexão sobre os principais desafios que enfrentam os países da União Europeia. Patrocinado pelo Grupo do PPE, o maior grupo político do Parlamento Europeu, foi lançado em 2002 e emergiu rapidamente como um importante ponto de encontro do centro-direita europeu.**

**organismos.** É constituído por **12 grupos de trabalho** que reflectem sobre as grandes questões políticas e organiza uma grande conferência anual - a *Universidade de Verão EIN* - normalmente realizada em Setembro.

Paulo Rangel foi eleito no passado mês de Junho para mais um mandato como Vice-

presidente do Grupo PPE. A Presidência do Grupo PPE é composta pelo Presidente (o deputado alemão, Manfred Weber) e por dez Vice-presidentes: Paulo Rangel, Esteban Gonzales Pons, Françoise Grossetete, Sandra Kalniete, Mariya Gabriel, József Szajer, Jacek Saryusz-Wolski, Marian Jean Marinescu, Esther de Lange e Lara Comi. 

# Fernando Ruas contra o Desemprego Jovem



**N**a sessão parlamentar de Estrasburgo o Deputado **Fernando Ruas** defendeu a resolução que foi aprovada sobre o **desemprego dos jovens**.

O Deputado Social democrata defendeu *“que se tem que combater este drama: duma forma global, quer usando diferentes instrumentos de política, quer usando diferentes níveis de poder- desde o local ao europeu, passando pelo nacional e regional; envolvendo a esfera privada da economia e os agentes formativos e educacionais na solução do problema; usando uma visão multisectorial, não esquecendo/colocando de parte os sectores mais tradicionais da economia que deverão complementar as novas tecnologias”*.

A Resolução considera que o desemprego é uma causa importante de desigualdade, cujas taxas, entre a população jovem, atingiram níveis sem precedentes, situando-se numa média de 23% no conjunto da UE, e que o desemprego dos jovens se reparte de forma díspar no território da União, com taxas superiores a 50% em alguns Estados-Membros na faixa etária

**O Deputado Fernando Ruas defendeu “que se tem que combater este drama: duma forma global, quer usando diferentes instrumentos de política, quer usando diferentes níveis de poder- desde o local ao europeu, passando pelo nacional e regional; envolvendo a esfera privada da economia e os agentes formativos e educacionais na solução do problema; usando uma visão multisectorial, não esquecendo/colocando de parte os sectores mais tradicionais da economia que deverão complementar as novas tecnologias”**

dos 16 aos 25 anos e recordou que em Março de 2014, nos 28 Estados-Membros da UE, 5.732 milhões de jovens (com menos de 25 anos) estavam desempregados, 3.642 milhões dos quais na área do euro.

O Parlamento Europeu sublinhou ainda que as causas do desemprego dos jovens não se podem restringir aos desajustamentos em matéria de competências, visto que estão associadas com outros problemas como a falta de novos postos de trabalho que resulta da

desindustrialização da Europa, da externalização e da especulação, situação que tem sido agravada pela crise e pelas políticas de austeridade, considerando que o ensino e a formação, por si só, não são capazes de resolver o problema do desemprego jovem.

Entre as medidas proposta o destaque é para o **“Garantia para a Juventude”** o ensino e a formação profissional e a criação de um ambiente favorável às PME e a necessidade de reindustrializar a Europa.

# Carlos Coelho preocupado com o surto de ébola insta a resposta rápida e eficaz da UE no combate a este flagelo

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, uma Resolução sobre a resposta da União Europeia ao surto de **ébola**.

Desde que foi declarado, o surto de ébola já afectou 4.000 pessoas, provocou 2.000 mortes e propaga-se a um ritmo preocupante na região da África Ocidental.

**Carlos Coelho considerou de extrema emergência** o ataque a este surto que tem uma dimensão transnacional e interconti-

ental devendo receber toda a ajuda possível por parte da União Europeia: "**Não é apenas um problema de África é um desafio para a segurança mundial**", frisou o eurodeputado em Estrasburgo.

**O social-democrata congratulou-se com o compromisso assumido pela UE** através das DGs DEVCO e ECHO **de disponibilizar mais de 147 milhões de Euros em ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento para travar a propagação do vírus**, considerou "**crucial a elaboração de planos adap-**

**tados a cada realidade nacional e o envio de profissionais de saúde especializados, laboratórios, equipamento e unidades de isolamento**" e defendeu que "**devem ser postas em prática acções informativas de conhecimento dos sintomas e medidas de prevenção contra este flagelo devendo ser evitada a estigmatização dos doentes sobreviventes**".

Ao concluir Carlos Coelho instou os Estados-Membros e a Comissão Europeia a "**reforçar a investigação médica e a produção de medicamentos e vacinas eficazes contra o ébola**". 


## Cláudia Monteiro de Aguiar questiona Comissão Europeia sobre a proibição dos períodos de descanso a bordo dos camiões

**D**eputada Madeirense preocupada com as questões de insegurança vividas pelos condutores de camiões Portugueses.

A Deputada do PSD, membro efectivo na Comissão dos Transportes e Turismo, questionou a Comissão Europeia sobre a lei que entrou em vigor na Bélgica e em França que **proíbe os camionistas de realizar o**

**descanso semanal regular a bordo do veículo. Cláudia Monteiro de Aguiar** sublinha que "**de acordo com a legislação europeia, nomeadamente o regulamento (CE) n.º 561/2006, o condutor pode realizar o repouso diário e os períodos de repouso semanal dentro do veículo, caso a viatura esteja equipada com instalações adequadas para o efeito. Por isso, considera que esta medida aplicada**

**nestes dois Estados-Membros poderá ir contra a legislação europeia e criar distorções no mercado afectando, principalmente, os países periféricos**".

Por último destaca o aumento progressivo de assaltos a camionistas na Europa e questiona a Comissão sobre medidas para reforçar a segurança dos parques de estacionamento. 

# Paulo Rangel eleito Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais

O Vice-Presidente do Grupo PPE, Paulo Rangel, foi eleito esta tarde por aclamação Vice-presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu.

A eleição decorreu durante a sessão constitutiva da Comissão que se realizou no Parlamento Europeu, em Bruxelas. Paulo Rangel afirmou *“É uma honra e um privilégio desempenhar esta função numa das comissões mais relevantes do Parlamento Europeu onde trabalhei nos últimos 5 anos com total empenho.”*

Nos últimos 5 anos, Paulo Rangel foi Deputado efectivo da AFCO tendo, entre outros, sido relator do **parecer sobre o Semestre Europeu**, relator do **parecer sobre a Autoridade Bancária Europeia**, autor do **relatório sobre o Acordo Quadro Parlamento Comissão** (neste âmbito integrou o grupo negociador do acordo-quadro que estabelece as relações institucionais Parlamento Comissão), redigiu ainda **aditamentos ao Tratado da União Europeia** e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, foi o autor do relatório intitulado **“Implementação do Tratado de Lisboa no que diz respeito ao Parlamento Europeu”**. No quadro da elaboração deste relatório, Paulo Rangel organizou em Janeiro de 2014 uma **Audição Parlamentar** para qual convidou vários professores universitários e representantes de **think tanks** europeus e o antigo Comissário europeu **António Vitorino**.

Durante o último mandato, no quadro do trabalho desenvolvido na AFCO, Paulo Rangel destacou-se enquanto líder da iniciativa de **“grupo informal de Chefes de delegação Nacionais dos países médios”** constituída para impedir que alguns Estados, entre os quais Portugal, perdessem 4 Deputados a favor de outros países (Portugal tem menos um deputado no mandato 2014-2019). Tratava-se do relatório do liberal britânico, Andrew Duff, que esteve em discussão na Comissão dos Assuntos Constitucionais. O Relatório incluía uma fórmula matemática que, a ser aplicada, levaria à perda significativa de representação




**Paulo Rangel afirma: “É uma honra e um privilégio desempenhar esta função numa das comissões mais relevantes do Parlamento Europeu onde trabalhei nos últimos 5 anos com total empenho.”**

portuguesa no Parlamento europeu. Paulo Rangel liderou o **“Grupo dos países médios”** impedindo assim a perda de 4 deputados, limitando-a a apenas 1.

Entre outras, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, tem competência em **processos de revisão dos tratados**, questões institucionais, questões relacionadas com o **processo de integração europeia**, a aplicação dos Tratados e avaliação do seu funcionamento, consequências institucionais das negociações relativas ao alargamento ou à retirada da União, relações interinstitucionais, incluindo a apreciação dos acordos interinstitucionais,

partidos políticos e fundações políticas a nível europeu, etc.

Na legislatura 2014-2019, que agora inicia os trabalhos, a Comissão dos Assuntos Constitucionais integra figuras destacadas da política europeia como a **antiga Comissária polaca**, Danuta Maria Hübner (Presidente da AFCO), a **antiga Comissária luxemburguesa** Viviane Reding, o **Presidente do Grupo PPE** Manfred Weber, o **antigo Primeiro-ministro belga** e **presidente do Grupo dos Liberais** no Parlamento Europeu, Guy Verhofstadt, o **antigo Ministro croata dos Negócios Estrangeiros**, Andrej Plinkovic, entre outros. 

# Carlos Coelho defende os direitos da Criança



**E**m 2014 celebram-se os 25 anos da **Convenção internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada por 194 países, incluindo todos os Estados-Membros da União Europeia.** A promoção e protecção dos Direitos da Criança é um dos objectivos da UE, cuja Carta de Direitos Fundamentais também consagra os Direitos das Crianças.


**Carlos Coelho submeteu,** em conjunto com vários Eurodeputados de diversas nacionalidades, **uma série de perguntas à Comissão Europeia** a este propósito. O social democrata considera essencial que **“os Direitos da Criança devem ser tidos em conta não só em toda a legislação comunitária, como na acção externa da União Europeia”.** Neste sentido, urgiu a Comissão a explicar como tomará em linha de conta estas preocupações:

- *Como irá a Comissão Europeia e a Alta Representante assegurar que os compromissos da União quanto aos Direitos da Criança serão implementados interna e externamente?*

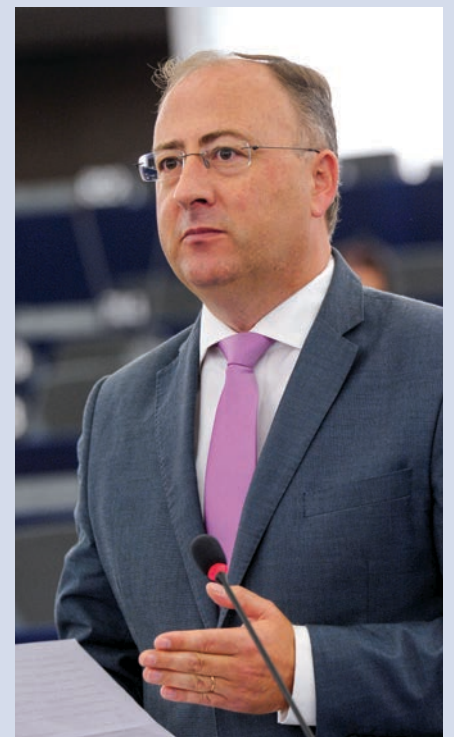
- *Como irá a Comissão Europeia e a Alta Representante assegurar que o superior interesse da criança é tido em conta em todas as iniciativas legislativas?*

- *Dada a actual situação humanitária dramática e a crise económica que afecta particularmente as crianças, que iniciativas irão tomar a Comissão Europeia e a Alta Representante para desenvolver um quadro mais abrangente de protecção dos direitos da criança, dando seguimento à Agenda Europeia para dos Direitos da Criança, adoptada em 2011?*

- *A Comissão Europeia e a Alta Representante tencionam explorar a possibilidade de a União Europeia aceder à Convenção internacional dos Direitos da Criança?*

- *Que iniciativas irão tomar a Comissão Europeia e a Alta Representante para aproximar crianças e adolescentes do processo de decisão?* 

# José Manuel Fernandes, eleito coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos




**J**osé Manuel Fernandes foi eleito, por unanimidade e aclamação, Coordenador do PPE para a Comissão dos Orçamentos. **É a primeira vez que um português fica à frente da coordenação do maior grupo político europeu,** numa das comissões mais relevantes do Parlamento Europeu.

*“É uma honra e uma enorme responsabilidade”,* reagiu o Eurodeputado do PSD, que encarou a eleição como *“um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nos últimos 5 anos”.* Participou em todos os orçamentos da União Europeia e foi relator dos orçamentos do PE e das outras instituições em 2012, tendo ainda sido responsável pela mobiliza-

ção do Fundo de Solidariedade e pela política dos consumidores, em nome do PPE na comissão dos orçamentos.

Para o novo mandato, os grandes desafios são essencialmente dois: a revisão do quadro plurianual e o direccionamento dos orçamentos da UE para o crescimento, emprego e coesão territorial.

Esta eleição atribui ao PSD e a Portugal um papel central nas negociações e decisões de todas as matérias orçamentais, **o que é duplamente importante para um País que beneficia dos Fundos comunitários e do esforço de coesão.** 

# Comissários Indigitados internacionais


No âmbito do processo de audições parlamentares aos Comissários indigitados foram vários os que foram interrogados por Deputados social Democratas, e designadamente os Vice-Presidentes Frans Timmermans e Andrus Ansip e os Comissários Kristalina Georgieva, Dimitris Avramopoulos, e Elżbieta Bieńkowska que foram interrogados por Paulo Rangel, Carlos Coelho e José Manuel Fernandes.



## Kristalina Georgieva

**José Manuel Fernandes**, Coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos interrogou a Comissária indigitada, Kristalina Georgieva.

O Deputado Português considerou que a União Europeia precisa de “um orçamento forte para promover as **prioridades do crescimento e emprego**” e desafiou a Comissária Búlgara a assumir “a **necessidade de um orçamento forte para promover as nossas prioridades, crescimento e emprego**”, e “a reafirmar a importância de **garantir os pagamentos dos compromissos assumidos**, assim como a transparência e a utilização adequada e eficiente dos fundos da UE”.

O Deputado Português considerou que “os **números do desemprego**, e nomeadamente do **desemprego jovem, são ainda alarmantes**”, e sublinhou que se impõe “uma atenção à economia real que aprofunde o mercado interno, o **empreendedorismo e as pequenas e médias empresas (PME)** – que são a espinha dorsal da nossa economia, responsáveis pela criação de mais de 85% dos novos postos de trabalho na Europa”. Urge igualmente combater a burocracia e a excessiva regulamentação legislativa, lutar contra a evasão e a fraude fiscais, a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo. 





## Andrus Ansip

**Carlos Coelho**, questionou o Comissário-indigitado Andrus Ansip sobre o Número de Emergência Europeu (112), ressaltando que “**nos dois últimos mandatos da Comissão Europeia foram poucos os progressos relativamente ao 112 sendo a implementação da Directiva relativa ao Serviço Universal (2009/136/CE) problemática**” e recordou:

- os significativos obstáculos nos critérios de localização do chamador no que respeita ao tempo e à precisão da localização;
- a insuficiência da informação fornecida aos cidadãos sobre o 112: **apenas 27% dos cidadãos europeus conhecem o número de emergência europeu 112.**

“Há ainda muitos progressos a fazer e é premente debruçarmo-nos sobre esta matéria se queremos promover a segurança e bem-estar dos nossos cidadãos”, afirmou o eurodeputado e perguntou:

1. “Tendo em consideração o seu papel como o Vice-Presidente para o Mercado Único Digital, e o enfoque dado pelo Presidente Jean-Claude Juncker à Agenda Digital, pode o Sr. Comissário confirmar que os serviços de emergência e o **número de emergência europeu 112 serão uma prioridade no âmbito do mercado único digital da UE?** 
2. O que será feito concretamente pela Comissão Europeia nesta matéria? 



# Interrogados por Deputados do PSD




## Dimitris Avramopoulos

**C**arlos Coelho interrogou o **Comissário grego Dimitris Avramopoulos** que ficará responsável pelas áreas da **Migração, Assuntos Internos e Cidadania**.

Avramopoulos é um diplomata de 61 anos que foi Presidente da Câmara de Atenas e por cinco vezes Ministro em 4 pastas diferentes (Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Turismo e Saúde e Segurança Social).

Carlos Coelho centrou as suas questões no **Espaço Schengen**, sublinhou a importância crucial da **Liberdade de Circulação de Pessoas** e instou o Comissário grego a responder:

1. Como pensa **traduzir essa prioridade na sua acção**?
2. **Como vai implementar o Novo Sistema de Avaliação de Schengen** que permite identificar problemas com a segurança nas fronteiras e ajudar nas soluções?
3. Que lição retira da **gestão do processo de criação do SIS-II** na sequência do Relatório do Tribunal de Contas Europeu e das críticas do Parlamento Europeu? 




## Elżbieta Bieńkowska

**C**arlos Coelho, questionou a **polaca Elżbieta Bieńkowska** sobre a implementação do **sistema eCall** a bordo de veículos de passageiros, legislação que se encontra actualmente em fase de negociação com o Conselho e da qual Carlos Coelho é Relator Sombra pelo Partido Popular Europeu.

O social-democrata frisou, em Bruxelas, que **“o sistema eCall salva vidas”** e que **“numa altura em que muitos afirmam que não é preciso mais Europa, a legislação sobre o eCall é um bom exemplo de que Mais Europa resolve de maneira mais eficaz matérias tão importantes como reduzir a mortalidade e uma melhor assistência a vítimas de acidentes rodoviários”**.

Neste sentido Carlos Coelho questionou a Comissária-indigitada:

1. **É o eCall uma prioridade na agenda da Comissão Europeia** e, no futuro, pondera a Comissão **alargar o âmbito do Regulamento a outras categorias de veículos**?
2. A Comissão Europeia compromete-se a auxiliar o Parlamento a **implementar o mais rápido possível o eCall, sem mais atrasos**?
3. Está prevista a coexistência de sistemas de eCall privados com o sistema de eCall baseado no 112. Compromete-se a Sra. Comissária indigitada a assegurar que **nenhuma legislação futura dos serviços adicionais privados (Third Party Services) vai permitir uma troca automática de dados pessoais** entre o sistema eCall e os serviços adicionais privados, **incluindo a localização constante dos automobilistas**? 




## Frans Timmermans

**P**aulo Rangel interrogou o Holandês Frans Timmermans que está indigitado para **1º Vice-Presidente da Comissão Europeia**.

O Vice-Presidente do grupo PPE sublinhou a questão da subsidiariedade e o papel dos parlamentos nacionais mas sublinhou que o princípio da subsidiariedade está associado à ideia do exercício do poder ao nível em que é mais eficaz o que nalgumas casos pode conduzir à diminuição das competências da União enquanto que noutras poderá significar o inverso.

E perguntou concretamente:

1. Que iniciativas concretas pretende tomar para **reforçar o papel dos parlamentos nacionais**?
2. Que medidas considera necessárias tomar para assegurar que um papel mais forte dos parlamentos nacionais **não diminui as competências do Parlamento Europeu**? 

# Cortes orçamentais põem em causa pagamentos a investigadores, estudantes e empresas



**E**m defesa do financiamento comunitário em áreas como educação, investigação e criação de emprego, o eurodeputado **José Manuel Fernandes** insurgiu-se no Parlamento Europeu contra **incumprimentos e reduções de dotação orçamental que estão a ser impostos pelo Conselho da UE.**

A verdade é que, por responsabilidade directa da instituição comunitária que integra os representantes dos governos dos 28 Estados-Membros, há muitas dezenas de milhares de milhões de euros já executados e facturados para os quais não há disponibilidade financeira para pagar.

**“O Conselho não quer pagar aquilo que deve e que ele próprio autorizou!”**, crítica José Manuel Fernandes. Explica que são pagamentos devidos a investigadores, estudantes, autoridades locais, pequenas e médias empresas.

**Estas dívidas têm particular repercussão no programa Erasmus.**

Em finais de 2013, ficaram por pagar mais de 23,4 mil milhões de euros de facturas! No final de 2014, o montante de pagamentos não cumpridos poderá ser novamente superior a 20 mil milhões de euros!

José Manuel Fernandes entende que *“esta situação afecta a credibilidade das instituições europeias e contradiz as declarações públicas do Conselho”*.

*“Repare-se que o Conselho, na sua leitura do orçamento para 2015, faz cortes no valor de 2,1 mil milhões de euros em pagamentos, sendo a esmagadora maioria deles nos programas destinados ao crescimento, emprego e competitividade da UE, como por exemplo, o Horizonte 2020 e o Cosme”*, alerta.

## Poder local é “valor acrescentado” para desenvolvimento e coesão da UE

O eurodeputado **José Manuel Fernandes** aponta o Poder Local como *“valor acrescentado”* para a União Europeia atingir os seus objectivos prioritários de coesão e desenvolvimento social, económico e territorial.

Uma ideia que evidenciou a importância das autarquias no contexto europeu e que foi defendida durante a **Convenção Autárquica Distrital do PSD de Viana do Castelo**, com a participação de Deputados, Presidentes de Câmara e de Junta, assim como eleitos locais na oposição.

*“A eficiência na utilização de recursos e dinheiros públicos coloca as autarquias como um*

*recurso de administração e gestão decisivo no seio da grande diversidade europeia”*, defendeu José Manuel Fernandes, que apresentou alguns números sobre o impacto do Poder Local na UE.

**“O Poder Local representa um terço das despesas públicas na União Europeia, mas com esse valor consegue assumir dois terços do total das despesas em investimentos públicos”**, concretizou o eurodeputado. Valorizou ainda o facto de o Poder Local, simultaneamente com estes valores, representar 56% do emprego na função pública.

Numa Europa com 507 milhões de habi-

tantes de 28 Estados-Membros, que congregam mais de 90 mil órgãos de poder local e regional distribuídos por 1315 regiões NUTS3, a proximidade e a eficiência das autarquias tornam-se ainda mais importantes para a UE assegurar nomeadamente em termos de empregabilidade, combate às alterações climáticas, educação e inovação, combate à pobreza.


Na sessão sobre **“A Europa e o Poder Local: que relação de futuro?”**, José Manuel Fernandes aproveitou para desafiar as autarquias a olharem também para os fundos e os programas geridos centralmente pela Comissão Europeia, que já estão disponíveis e com candidaturas abertas.



## Carlos Coelho solicita esclarecimentos à Procuradora-Geral da República sobre a falta de cooperação do Reino Unido

**C**arlos Coelho, membro da Comissão Liberdade Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, dirigiu uma Carta à Procuradora-Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal, manifestando o seu desagrado com a **falta de cooperação do Reino Unido no inquérito-crime às Agências de Rating**.

O Deputado Social-Democrata afirmou: *“Como português e europeu não posso deixar passar em branco que um país que se queixa frequentemente da suposta falta de colaboração de outros Países tenha tido um comportamento que objetivamente prejudicou as investigações e tornou impossível fazer justiça”*.

Carlos Coelho sublinhou a enorme **importância de uma boa cooperação entre os Estados-Membros** para um espaço sem fronteiras, notando também que episódios semelhantes não se podem repetir. O Social-democrata **solicitou ainda a colaboração da Procuradora-Geral da República na busca das melhores soluções nesta área**, por forma a evitar mais arquivamentos por falta de provas. 




## Cláudia Monteiro de Aguiar promove banana da Madeira

**A** Eurodeputada do PSD teve a oportunidade de **promover a banana da Madeira** no Parlamento Europeu, associando-se a um evento protagonizado pelas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Segundo **Cláudia Monteiro de Aguiar** *“pretendo ser uma embaixadora europeia dos nossos produtos regionais, tendo iniciado este trabalho pela divulgação da banana madeirense que tem um forte potencial de afirmação e exportação”*.

Na sessão plenária realizada em Estrasburgo,

foram projectados filmes pedagógicos sobre a banana europeia assim como foram realizadas diversas degustações sobre diferentes formas de saborear este produto agrícola pelo qual a Madeira é sobejamente conhecida.

A Eurodeputada do PSD realçou que **“este é um bom exemplo de colaboração entre as Regiões Ultraperiféricas que pretendo aprofundar durante o meu mandato, pois entendo que só em conjunto e de forma coordenada podemos defender os nossos interesses comuns”**. 

# Cláudia Monteiro de Aguiar inicia ciclo de reuniões em Bruxelas

**A** Deputada Madeirense pretende trabalhar em estreita colaboração com a Comissão Europeia, a Representação Permanente Portuguesa em Bruxelas e outras entidades. A Deputada do PSD convocou um ciclo de encontros com o objectivo de criar uma rede de contactos que permita desde logo **“uma interajuda na partilha de informações relevantes e na criação de novos projectos em áreas fulcrais para Portugal mas considerando também as Regiões Autónomas e as suas especificidades”** afirmou Cláudia Monteiro de Aguiar.

As reuniões tiveram lugar em Bruxelas com o Responsável da Comissão Europeia na Direcção-Geral das Pescas e dos Assuntos Marítimos para as Regiões Ultraperiféricas, Matthew King, com os vários Conselheiros da Representação Permanente Portuguesa junto da União Europeia, com a Directora-Geral da Representação da Catalunha bem como com o Representante Permanente da Assembleia da República ao Parlamento.

A Deputada recém-eleita venceu nos vários encontros a sua pretensão de trabalhar sobre matérias como a Economia Azul nas suas múltiplas vertentes. **“É urgente valorizar este sector pelo impacto real que tem em termos económicos, sociais e ambientais. Não podemos descurar a importância do espaço marítimo português”** sublinhando ainda **“a proposta de extensão da plataforma continental portuguesa nas Nações Unidas, onde Portugal passará a ser a 2.º maior plataforma mundial, com uma área marítima 40 vezes superior ao território”**.

Por isso é necessário **“aproveitar as oportunidades existentes de financiamento europeu para a Economia Azul, que os dados da Comissão Europeia apontam para cerca de 4 mil milhões de euros, se conjugados todos os programas existentes de financiamento. Vamos acompanhar com atenção as Estratégias em vigor, nomeadamente a Estratégia para o Crescimento Azul e o Plano de Acção para a Região do Atlântico.”**

A Economia Azul representou, segundo dados da Direcção-Geral de Política do Mar de 2012, em termos directos, cerca de 2,5% do valor acrescentado bruto e 2,3% do emprego nacional, em 2010. A nível Europeu a Comissão, até 2020 aponta para criação de 7 milhões de empregos e um valor acrescentado bruto de quase 600M€ por ano.




**A Deputada recém-eleita venceu nos vários encontros a sua pretensão de trabalhar sobre matérias como a Economia Azul nas suas múltiplas vertentes. “É urgente valorizar este sector pelo impacto real que tem em termos económicos, sociais e ambientais. Não podemos descurar a importância do espaço marítimo português”**

Matthew King da DG MARE destacou numa das reuniões o Seminário realizado no Funchal pela Comissão Europeia, no passado mês de Março, dentro do âmbito do Plano de Acção do Atlântico, **“daí saíram 18 ideias para projectos desde o turismo náutico à energia oceânica, com o envolvimento e a cooperação de diferentes actores, de diversas localizações geográficas. É preciso agora pôr em prática e assegurar que estes projectos estejam presentes nos programas operacionais dos Estados-Membros.”**

Ana Coelho, Directora-Geral da Representação da Catalunha afirmou também em reunião com a Deputada madeirense que **“criar redes de cooperação nos diferentes domínios é a chave para identificar oportunidades de mercado e de financiamento Europeu, partilhar informação e desenvolvimentos tecnológicos. A Madeira está a fazer um excelente trabalho por exemplo para o turismo náutico”**.

Cláudia Monteiro de Aguiar reiterou a vontade e o empenho em ajudar **“em tudo aquilo que estiver ao meu alcance para ver concretizado o projecto da criação da Federação de Estações Náuticas na Madeira. Se podemos avançar este projecto em Portugal, que a Madeira tome a dianteira seja referência nacional”**.

Nos encontros com os vários Conselheiros da REPER, das respectivas áreas de competência das Comissões que irá assumir no Parlamento Europeu, a Deputada Madeirense demonstrou total disponibilidade para uma colaboração intra-institucional profícua para o País.

**“Vou procurar estabelecer neste mandato um trabalho de proximidade com as instituições Europeias e com as entidades nacionais e regionais, bem como com outros Estados-Membros, onde juntos possamos direccionar mais benefícios e oportunidades reais para a Madeira e para Portugal”** afirmou Cláudia Monteiro de Aguiar. 

# Sofia Ribeiro defende maior informação sobre os fundos europeus

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio no III Fórum das Regiões Ultraperiféricas, no painel **“Como enfrentar o desafio do desemprego, focando o emprego dos jovens, a educação, a formação, a aprendizagem, a mobilidade e inovação social, tendo em conta as tendências demográficas e socioeconómicas”**, numa participação que considerou ser *“uma enorme responsabilidade por representar todos os deputados das RUP neste evento, ao mesmo tempo que intervirm perante uma ilustre plateia de Açorianos representativos dos mais diversos sectores da sociedade civil”*.

A Eurodeputada dedicou-se à situação do emprego nas RUPs, referindo que *“cada uma das nove Regiões Ultraperiféricas apresenta dados globais de desemprego e de desemprego jovem superiores à média europeia, com valores de desemprego que variam entre os 12% de Saint-Martin e os 36,6% de Mayotte, sendo a média da UE de 10,8%, e no caso do desemprego jovem variam entre os 32% de Mayotte e os 65,3% das Canárias, enquanto que a média da UE se situa nos 23,4%”*, tendo ainda acrescentado que *“pode-se igualmente verificar que há uma tendência das Regiões Ultraperiféricas terem uma taxa de desemprego de longa duração significativamente superior às restantes regiões europeias o que revela a dificuldade das RUP em criar novos postos de trabalho e em promover a criação de novas empresas, bem como a desadequação das habilitações dos activos.”* Para Sofia Ribeiro *“estes dados revelam bem o efeito acrescido, nas RUPs, dos impactos sociais da crise económica e social em que nos encontramos, a maior dificuldade de diversificação da oferta de emprego, bem como a maior dificuldade de requalificação de activos. Se nada for feito urgentemente, com taxas de desemprego jovem a rondar os 40 e os 60%, não só colocaremos em causa toda uma geração de jovens, que se debatem nos dias de hoje com índices brutais de desemprego e de emprego precário e que enfrentarão a degradação das suas pensões no futuro, como poremos em risco a renovação geracional das nossas regiões.”*

Para a Eurodeputada torna-se igualmente imperioso que a Comissão Europeia *“afira pre-*



**Sofia Ribeiro referiu: “Como enfrentar o desafio do desemprego, focando o emprego dos jovens, a educação, a formação, a aprendizagem, a mobilidade e inovação social, tendo em conta as tendências demográficas e socioeconómicas”.**

viamente os impactos nas RUP das suas várias políticas, tanto mais importante quanto assistimos à celebração de vários acordos internacionais de livre comércio (dos quais se destaca o que se encontra em negociação com os Estados Unidos da América), e que se publique um guia que permita às PME situarem-se neste novo universo global e que facilite o seu acesso aos vários programas e fundos europeus vigentes nas RUP” tendo defendido ainda *“a necessidade de criarmos mais sinergias entre estes programas e o FSE nas RUP, por forma a dinamizar os recursos humanos e as competências locais que constituem fortes motores do crescimento, contestando que se recorra à política de coesão para financiar a quase totalidade das necessidades das nossas regiões. Devem, ainda, ser criados instrumentos fiscais e alfandegários específicos para a promoção e diversificação da base económica das economias das RUP e para a criação de emprego.”*

A finalizar a sua intervenção, a Eurodeputada Sofia Ribeiro afirmou que *“uma das preocupações que gostaria de deixar registada é que, apesar de haver legislação adequada ao enquadramento das RUP no quadro europeu dos*

*apoios - ao abrigo da discriminação positiva salvaguardada pelo art. 349º do TFUE, a realidade é que há problemas a dois níveis: primeiro a dificuldade na orientação dos Tratados e a salvaguarda teórica desta situação, e em segundo, a questão da materialização desta discriminação positiva nos programas e regulamentos práticos, pois há aspectos tão simples que são específicos das RUPs ou que não se aplicam às RUPs e que muitas vezes se tornam uma verdadeira luta para que fiquem salvaguardados ou aceites pela Comissão Europeia. Paralelamente há uma falta de informação generalizada sobre estes apoios por parte dos beneficiários e mesmo de dificuldades no acesso aos mesmos. Este é um aspecto que todos nós temos a melhorar, e deverá ser neste sentido que os Eurodeputados têm de trabalhar: por um lado desburocratizar o acesso aos fundos e aos programas, promovendo igualmente a informação sobre os mesmos, e por outro lado colaborar com os governos, empresas e sociedade civil neste sentido, de modo a que os cidadãos europeus ganhem uma nova visão da sua cidadania europeia, percebendo o quanto a Europa está disponível para nos ajudar e acima de tudo, evitar que se regionalize todos os sucessos e “europeíze” todos os problemas.”* 

# Cláudia Monteiro de Aguiar questiona Comissão Europeia sobre os indicadores para a Gestão Sustentável dos Destinos Turísticos




**D**eputada Madeirense sublinha a importância da qualidade da oferta turística como elemento diferenciador dos destinos.

Cláudia Monteiro de Aguiar, membro efectivo da Comissão dos Transportes e Turismo, considera que o Sistema Europeu de Indicadores de Turismo para a Gestão Sustentável dos Destinos, mais conhecido pela sigla em inglês **ETIS**, é um instrumento diferenciador da qualidade entre os destinos. Esta iniciativa que conta com 104 destinos de 18 Estados-Membros, incluindo Portugal, está na segunda fase de desenvolvimento e não há garantias, por parte da Comissão Europeia, quanto à sua continuidade.

A Deputada Madeirense sublinha que “o sucesso desta iniciativa está reflectido no número de participantes, que inclui também destinos fora da União, mostrando que é um excelente instrumento para os inúmeros desafios que os destinos turísticos enfrentam, permitindo a partilha das melhores práticas entre os destinos e o fornecimento de dados estatísticos para a


criação de políticas públicas e estratégias a nível europeu.”

**O sector do Turismo representa actualmente no quadro da União 10 milhões de postos de trabalho, envolvendo 1,8 milhões de empresas, sendo na sua maioria Pequenas e Médias, contando, assim, para mais de 5% do PIB da União. Para Portugal este sector representa 5,8% do PIB, empregando directamente 7,2% sobre o total do emprego.**

Cláudia Monteiro de Aguiar afirma que “o contributo do Turismo para o país, faz deste sector o principal vector de crescimento da nossa economia, tanto em termos de contributo para o PIB, como para as exportações, para o investimento e para a criação de emprego”. Por estas razões “irei trabalhar na Comissão dos Transportes e Turismo para que haja uma estratégia coordenada na União e apoiar as iniciativas que criem valor ao sector. Exemplo disso será a minha participação na Task Force do Turismo no Parlamento e na criação do Intergroupo do Turismo”. 



## Fernando Ruas defende territórios de baixa densidade junto da nova Comissária Cretu

**O** Deputado **Fernando Ruas** reuniu em Bruxelas com a Comissária indigitada para a Política Regional, a actual eurodeputada socialista **Corina Cretu**. Nesta reunião, solicitada pela Comissária indigitada e actual Vice-Presidente do Parlamento Europeu, estiveram em cima da mesa a “Estratégia Europa 2020”, as políticas de desenvolvimento regional e muito particularmente os territórios de baixa densidade e a sua importância enquanto alvos duma atenção especial por parte das políticas europeias de Coesão Territorial. A defesa dos territórios de baixa densidade é um compromisso eleitoral assumido por Fernando Ruas e pela lista que integrou nas últimas eleições europeias, bem como pelo PSD que no seu último Conselho Nacional em Ansião, aprovou um importante documento Estratégico sobre esta matéria. Após a reunião, o eurodeputado português confirmou “o interesse demonstrado pela Comissária designada nas matérias expostas e muito particularmente nas questões de **política territorial orientadas para os territórios de baixa densidade**”, reservando contudo para data oportuna a “sequência deste encontro”. 

# Deputados do PSD por Comissões e Delegações

Deputados	Comissões	Delegações
<b>Paulo Rangel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão dos Assuntos Constitucionais*</li> <li>• Comissão dos Assuntos Externos**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil;</li> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana;</li> <li>• Delegação para as relações com o Mercosul.</li> </ul>
<b>Fernando Ruas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão do Desenvolvimento Regional*</li> <li>• Comissão do Comércio Internacional**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE;</li> <li>• Delegação para as Relações com os Países do Maxereque;</li> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo.</li> </ul>
<b>Sofia Ribeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais*</li> <li>• Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação para as Relações com os Estados Unidos;</li> <li>• Delegação para as Relações com o Canadá</li> </ul>
<b>Carlos Coelho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores*</li> <li>• Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação para as relações com a Suíça, Noruega, Islândia e EEE;</li> <li>• Delegação para as relações com o Japão</li> </ul>
<b>Cláudia Monteiro de Aguiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão dos Transportes e do Turismo*</li> <li>• Comissão das Pescas**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-Turquia;</li> <li>• Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil;</li> <li>• Delegação para as relações com o Mercosul;</li> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana.</li> </ul>
<b>José Manuel Fernandes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão dos Orçamentos*</li> <li>• Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários**</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação para as Relações com os Países do Magrebe e a União do Magrebe Árabe;</li> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo;</li> <li>• Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE.</li> </ul>

\* Comissões efectiva; \*\* Comissão Suplente

## Distribuição de Deputados por Distrito/Região

<b>Paulo Rangel</b>	• Porto, Aveiro, Leiria
<b>Fernando Ruas</b>	• Viseu, Guarda, Castelo Branco, Coimbra
<b>Sofia Ribeiro</b>	• Açores, Évora, Portalegre
<b>Carlos Coelho</b>	• Santarém, Área Metropolitana de Lisboa, Área Oeste de Lisboa, Setúbal
<b>Cláudia Aguiar</b>	• Madeira, Faro, Beja
<b>José Manuel Fernandes</b>	• Braga, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real

# Sofia Ribeiro defende as RUP sob a tutela de Juncker



A eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu “a passagem da unidade das Regiões Ultraperiféricas para a tutela directa da Presidência da Comissão Europeia, deixando assim de ser uma unidade na dependência da DG Regio” em **carta enviada e assinada por todos os Eurodeputados das RUP, a Jean-Claude Juncker**, Presidente da Comissão Europeia.

Nesta missiva, é feita uma resenha histórica desde o reconhecimento do estatuto específico das RUP, em 1986, até à criação de unidades representativas destas Regiões por parte da Comissão Europeia, que até 2002 estavam na dependência do Secretariado-Geral da Comissão e era composto por um representante e um suplente de cada uma das direcções-

-gerais e serviços envolvidos das RUP, bem como um representante do Serviço Jurídico. Para Sofia Ribeiro “tendo em conta a natureza transversal dos assuntos que dizem respeito às nossas Regiões, como a Agricultura, Pescas, Desenvolvimento Regional, Fundos comunitários, entre outros, faz mais sentido, não obstante o bom trabalho desenvolvido pela Unidade das RUP na DG Regio no que concerne aos fundos comunitários, que esta unidade passe para um patamar hierarquicamente superior, na **dependência directa do Presidente da Comissão Europeia**. O processo de decisão seria mais rápido e mais eficaz”.

Ao finalizar, Sofia Ribeiro afirmou “tal como solicitei ao Senhor Presidente do Governo

Regional dos Açores, na reunião do dia 1 de Agosto, que defendesse o mesmo, faço-o agora juntamente com os meus colegas das Regiões Ultraperiféricas, em prol de uma melhoria na notoriedade e no tratamento dado às nossas Regiões, cujos desafios se revestem de particular importância, como a **revisão do POSEI já no próximo ano, ou mesmo a alteração dos critérios de atribuição dos fundos europeus** para o próximo quadro financeiro plurianual cujas negociações decorrerão ainda nesta legislatura. Só lamento que tenhamos pedido uma posição à Conferência de Presidentes das RUPs, da qual os Açores fazem parte, e que a mesma ainda não nos tenha sido comunicada, pelo que perdemos a oportunidade de ter uma posição ainda mais forte e conjunta”. **E**

## Os Nossos Deputados:

**Paulo Rangel**  
paulo.rangel@europarl.europa.eu  
www.paulorangel.eu

**Carlos Coelho**  
carlos.coelho@europarl.europa.eu  
www.carloscoelho.eu

**Fernando Ruas**  
fernando.ruas@europarl.europa.eu  
www.fernandoruas.pt

**Claudia Monteiro de Aguiar**  
claudia.monteirodeaguiar@europarl.europa.eu

**Sofia Ribeiro**  
sofia.ribeiro@europarl.europa.eu  
www.sofiaribeiro.eu

**José Manuel Fernandes**  
josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu  
www.josemanuelfernandes.eu